



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/2022 – PE 38/2022

ATA CELEBRADA ENTRE A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA** E **A B N ALIMENTÍCIOS EIRELI EPP** NA FORMA ABAIXO.

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA**, Autarquia Especial de Ensino Superior, vinculada ao Ministério da Educação, sediada no Campus Universitário do Guamá, à Rua Augusto Corrêa, nº. 01, na Cidade de Belém, Estado do Pará, inscrita sob o CNPJ nº. 34.621.748.0001-23, doravante denominada de **UFPA**, neste ato representada pelo **Magnífico Reitor, Prof. Dr. EMMANUEL ZAGURY TOURINHO** designado pelo Decreto Presidencial de 13 de outubro de 2020, portador do CPF nº 153.515.992-87, e RG nº 154426-6 – SSP/PA e **A B N ALIMENTÍCIOS EIRELI EPP** com endereço na cidade de Ananindeua, Estado Pará na Tv. We 65, 1312-A, Conj. Guajará I, Coqueiro, inscrita sob o CNPJ nº. **22.827.949/0001-00**, doravante denominada **EMPRESA FORNECEDORA**, neste ato representada por **ADRIANA QUEIROZ SOUZA**, brasileira, portadora do CPF nº 713.918.002-49, e da RG nº 3408656 SSP/PA, resolvem celebrar a presente Ata, decorrente do **Pregão Eletrônico SRP nº 38/2022, para Registro de Preço, do tipo MENOR PREÇO, constante do Processo nº 23073.042009/2022-53**, nos termos da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006 e os Decretos nº 3.555 de 08 de agosto de 2000, nº 3.722 de 9 de janeiro de 2001, nº 10.024 de 25 de setembro de 2019, nº 7.746/2012 de 5 de junho de 2012, nº 7.892/2013 de 23 de janeiro de 2013, nº 8.538 de 6 de outubro de 2015, e das demais normas legais aplicáveis, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E REGISTRO**

Constitui objeto desta Ata o Registro de Preços: **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS – ÓLEO DE SOJA E FRANGOS DIVERSOS.**

ÓRGÃO GERENCIADOR – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UASG 153063					
Item	Descrição do Objeto	Unid	Qtidade	Valor Unit (R\$)	Valor Total (R\$)
1	FILÉ DE PEITO DE FRANGO S/ OSSO CONGELADO	KG	103.200	14,65	1.511.880,00
2	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO	KG	43.200	8,87	383.184,00
3	ÓLEO DE SOJA GF 900ML	UNID	2.400	8,19	19.656,00
ÓRGÃO GERENCIADOR UFPA – VALOR TOTAL: R\$ 1.914.720,00 (HUM MILHÃO NOVECIENTOS E QUATORZE MIL SETECENTOS E VINTE REAIS)					R\$ 1.914.720,00

O valor GLOBAL DESTA ATA SERÁ DE: R\$ 1.914.720,00 (HUM MILHÃO NOVECIENTOS E QUATORZE MIL SETECENTOS E VINTE REAIS)

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA:** Os prazos de entrega dos gêneros alimentícios do objeto deste certame serão de acordo com o cronograma de pedidos do RU/UFPA, a ser definido de acordo com o planejamento mensal dos cardápios.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA:** Será registrado em Ata de Formação do Cadastro de Reserva os licitantes que nos termos do artigo 11 do decreto nº 7.892/2013, aceitarem cotar o objeto deste certame com preço igual ao do(s) vencedores da licitação (caso houver algum registro).

## CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E VALIDADE DOS PREÇOS

Esta Ata é documento vinculativo a Ata de Registro de Preços do sítio [Comprasgovernamentais.gov.br](http://Comprasgovernamentais.gov.br), com característica de compromisso para futura contratação, **TERÁ VIGÊNCIA DE 06 (SEIS) MESES**, a contar da publicação do seu extrato no **D.O.U**, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último dia.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA:** Durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços do sítio [Comprasgovernamentais.gov.br](http://Comprasgovernamentais.gov.br), a **UFPA** não estará obrigada a contratar o objeto referido na **Cláusula Primeira** exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa vencedora, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA:** A partir da Homologação da Ata de Registro de Preços, a empresa vencedora assume o compromisso de atender durante o prazo de sua vigência, o objeto da Ata e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA:** A contratação decorrente deste Registro de Preço será formalizada por Autorização de Fornecimento, que será enviada à empresa vencedora por fax ou e-mail pela UFPA.

**SUBCLÁUSULA QUARTA:** Com a assinatura da Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento, estará caracterizado o compromisso com o objeto desta Licitação.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DESTE REGISTRO DE PREÇO E ORGÃOS PARTICIPANTES

O Órgão gerenciador deste Registro de Preço será a **UFPA (UASG 153063)** através de sua Subunidade Fiscalizadora. São participantes desta ata os seguintes órgãos **NÃO HOUVE ÓRGÃO PARTICIPANTE**.

## CLÁUSULA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE POR ÔNUS E ENCARGOS

Serão de inteira e exclusiva responsabilidade da empresa vencedora, na forma do art.71 da Lei nº 8.666/93, os salários dos seus empregados e todos os encargos previstos pelas leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e sociais, inclusive os relacionados a acidentes de trabalho, impostos, gratificações, etc., resultantes, direta ou indiretamente, da execução desta Ata e ainda por multas que vierem a ser aplicadas por infração aos dispositivos legais, regulamentares e contratuais, por parte da empresa, ou em virtude de qualquer ato ou omissão de seus prepostos subcontratados.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA:** A inadimplência da empresa, com referência aos ônus ou encargos especificados nesta cláusula, não transfere à **UFPA** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto da Ata ou restringir a apropriação do resultado alcançado.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA:** O pessoal que a empresa vencedora empregar para a execução do fornecimento ora avençado não terá vínculo de qualquer natureza com a **UFPA** e desta não poderá demandar quaisquer pagamentos, tudo da exclusiva responsabilidade da empresa. Na eventual hipótese de vir a **UFPA** a ser demandada judicialmente, a empresa a ressarcirá de qualquer despesa que em decorrência vier a pagar, inclusive àquelas oriundas de deslocamento efetuados.

## CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA:** Adota-se como critério de justiça e obediência ao princípio jurídico da razoabilidade, o escalonamento e tipificação de eventos sancionáveis em editais de pregão, abaixo descritos, garantindo o direito de exercício prévio de ampla defesa nos processos de sancionamento com o impedimento de licitar e contratar com a **União, Estados, Distrito Federal e Municípios**,

atendendo a recomendação constante no subitem 9.5.1.1 do Acórdão TCU/Plenário nº 1.793/2011, art. 7º da Lei 10.520/2002, com respectivos prazos de duração:

EVENTOS:	SANÇÕES QUE SERÃO APLICADAS:
I- Forjar a classificação como <b>microempresa ou empresa de pequeno porte</b> para obtenção de tratamento favorecido em licitações incentivadas ou não.	1. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano. Acórdão TCU/PL nº 3074/2011.
II- Descumprir <b>prazos estabelecidos pelo pregoeiro</b> durante a sessão de licitação para qualquer manifestação na sessão pública, gerando tumulto e atrasos no certame.	2. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 4 (quatro) meses.
III- <b>Desistir do lance</b> , sem justificativa, durante a sessão pública ou <b>não manter a proposta</b> na fase de aceitação.	3. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 6 (seis) meses.
IV- <b>Não apresentar ou deixar de apresentar documentação</b> solicitada no edital na fase de aceitação da proposta, habilitação ou na contratação.	4. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 6 (seis) meses.
V- Apresentar <b>proposta comercial em desacordo</b> com o Edital, ocasionando a frustração do certame em qualquer sentido.	5. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano.
VI- Apresentar <b>documentação falsa</b> durante a licitação ou contratação.	6. Impedimento de licitar pelo período de no mínimo 5 (cinco) anos. 7. Comunicar ao Ministério Público Federal para apurações de sanções de ordem penal.
VII- Não manter as <b>condições habilitatórias</b> durante a execução do contrato ou da vigência da ata de registro de preços.	8. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 6 (seis) meses.
VIII- <b>Não retirar a nota de empenho/não assinatura da Ata.</b>	9. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano. 10. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
IX- <b>Entregar o objeto fora do prazo</b> estabelecido no edital e termo de referência.	11. Advertência 12. Multa de, no mínimo, 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do material não fornecido, limitada a 20 (vinte) dias. Após o vigésimo dia poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
X- <b>Não efetuar a troca do objeto</b> , quando notificado, durante a contratação.	13. Advertência; 14. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano. 15. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
XI- <b>Substituir o objeto fora do prazo estabelecido.</b>	16. Advertência 17. Multa de, no mínimo, 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do material não substituído, limitada a 20 (vinte) dias. Após o vigésimo dia poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
XII- <b>Deixar de realizar ou atrasar a instalação ou montagem</b> do (s) equipamento (s) quando previsto no edital e termo de referência.	18. Advertência 19. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 6 (seis) meses. 20. Multa de, no mínimo, 0,5% (meio por cento) por

	dia de atraso, aplicada sobre o valor do equipamento.
<b>XIII-</b> Deixar de entregar <b>documentação original</b> exigida neste Edital durante a licitação ou contratação.	<b>21.</b> Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho/valor total estimado para o item ou lote.
<b>XIV-</b> Comportar-se de <b>modo inidôneo na licitação</b> ou contratação, causando prejuízo a Administração ou demonstrando ofensa ao ordenamento jurídico, ao regramento do edital, aos licitantes, à Administração e à sociedade.	<b>22.</b> Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 2 (dois) anos. <b>23.</b> Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
<b>XV-</b> Cometer <b>fraude fiscal</b> durante a licitação ou contratação.	<b>24.</b> Impedimento de licitar por 5 (cinco) anos. <b>25.</b> Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho. <b>26.</b> Comunicar ao Ministério Público Federal.
<b>XVI-</b> Não recompor <b>níveis de serviços acordados</b> , quando esgotados os sancionamentos próprios, regulares e inerentes aos monitoramentos técnico-operacional e administrativo do gerenciamento contratual	<b>27.</b> Impedimento de licitar com a UFPA pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano.
<b>XVII-</b> Deixar de executar <b>qualquer obrigação pactuada ou prevista em lei e no edital</b> da presente licitação, em que não se comine outra penalidade.	<b>28.</b> Impedimento de licitar com a UFPA por, no mínimo, 2 (dois) anos.
<b>XVIII-</b> Não <b>celebrar contrato</b> , em convocação dentro do prazo de validade de proposta.	<b>29.</b> Impedimento de Licitar com a União por, no mínimo, 1(um) ano.
<b>XIX-</b> Inexecução total, previsto na Lei 8666/93 e Lei 10.520/2002.	<b>30.</b> Impedimento de licitar com a UFPA por, no mínimo, 2 (dois) anos. <b>31.</b> Multa de, no mínimo, 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho ou valor da parcela.
<b>XX-</b> Inexecução parcial do objeto previsto na Lei 8666/93 e Lei 10.520/2002.	<b>32.</b> Impedimento de licitar com a UFPA por, no mínimo, 1 (um) ano. <b>33.</b> Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente a parte não executada.
<b>XXI-</b> Denegrir ou caluniar equipes técnica e de pregoeiro, bem como pessoas que integram os processos da UFPA, em razão de denúncias sob a acusação de direcionamento de certame, sem a apresentação de provas pertinentes ou a apresentação de provas infundadas, em processo administrativo instaurado.	<b>34.</b> Impedimento de licitar com a Administração Pública Federal pelo período de 5 (cinco) ano.
<b>XXII-</b> Descumprimento das especificações técnicas de sustentabilidade aceitas e declaradas.	<b>35.</b> Impedimento de licitar com a UFPA por, no mínimo, 2 (dois) anos.
<b>XXIII-</b> Cometer fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.	<b>36.</b> Declaração de inidoneidade
<b>XXIV-</b> Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.	<b>37.</b> Declaração de inidoneidade
<b>XXV-</b> Frustrar ou <i>fraudar</i> , mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o	<b>38.</b> Multa de até 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo

caráter competitivo de procedimento licitatório público.	administrativo. <b>39.</b> Publicação extraordinária da decisão condenatória.
<b>XXVI-</b> Impedir, perturbar ou <i>fraudar</i> a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público.	<b>40.</b> Multa de até 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo. <b>41.</b> Publicação extraordinária da decisão condenatória.
<b>XXVII-</b> Criar, de modo <i>fraudulento</i> ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;	<b>42.</b> Multa de até 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo. <b>43.</b> Publicação extraordinária da decisão condenatória.
<b>XXVIII-</b> Manipular ou <i>fraudar</i> o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública	<b>44.</b> Multa de até 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo. <b>45.</b> Publicação extraordinária da decisão condenatória.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA:** Na hipótese da multa atingir o percentual de **10% (dez por cento)** sobre o valor do contrato, a **UFPA** poderá proceder a rescisão unilateral do compromisso, hipótese em que a empresa vencedora também se sujeitará às sanções administrativas previstas neste Edital. Na ocorrência de falha maior poderá também ser aplicada a penalidade de **Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.**

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA:** As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pela **UFPA** ou cobradas diretamente da empresa penalizada, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas neste Edital.

**SUBCLÁUSULA QUARTA:** A defesa a que alude o caput deste item poderá ser exercida pelo interessado, de acordo com o **§ 2º do art. 87 da Lei nº 8.666/93** no respectivo processo no prazo de **5(cinco) dias úteis** a contar da sua notificação, podendo ocorrer a juntada de documentos, conforme disposto no **art. 38 da Lei nº 9.784/1999.**

**SUBCLÁUSULA QUINTA:** Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério da UFPA que deverá examinar a legalidade da conduta da empresa. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela **UFPA**, a licitante vencedora ficará isenta das penalidades mencionadas no subitem 24.1 do edital.

**SUBCLÁUSULA SEXTA:** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, e no caso de impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública, a licitante será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital, na Ata e nas demais cominações legais. Qualquer recurso terá efeito suspensivo.

**SUBCLÁUSULA SÉTIMA:** Após as decisões sobre aplicação ou manutenção de qualquer penalidade, o licitante ou contratado poderá impetrar recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou nesse mesmo prazo, submetê-lo à autoridade superior, com a instrução necessária, devendo, neste caso, a decisão ser proferida em prazo de mais 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso.

## CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**As cláusulas quanto ao recebimento do objeto registrado em ata, condições de fornecimento, do controle e alteração de preços, acréscimos e supressões, condições de pagamento, dotação orçamentária, obrigações do contratante e da contratada, da fiscalização do fornecimento, da**

**vigência e da eficácia, do cancelamento do Registro de Preços, das penalidades e sanções, do local, prazo de entrega e garantia do objeto, e demais disposições gerais, estão dispostas no instrumento convocatório deste certame licitatório, o Edital, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição, como se aqui estivessem integralmente transcritos.**

Além da sujeição às próprias cláusulas e às normas da Lei 8.666/93, a presente Ata regula-se também pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, especialmente, aos casos omissos.

As questões decorrentes da utilização da Ata de Registro de Preços do sítio Comprasgovernamentais.gov.br, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal da 1ª Região, Seção Judiciária de Belém, Estado do Pará, afastado qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

Declaram as partes que esta Ata, vinculado a Ata de Registro de Preços do sítio Comprasgovernamentais.gov.br, corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

E por assim estarem juntas e avençadas, assinam o presente instrumento, **em 01 (uma) via original eletrônica**, de igual teor, para todos os fins de direito e de Justiça.

**Pela UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ:**

**Prof. Dr. Emmanuel Zagury Tourinho**

Reitor da UFPA

**CPF: 153.515.992-87**

**Pela ABN ALIMENTÍCIOS EIRELI:**

**Sra. ADRIANA QUEIROZ SOUZA**

Representante Legal da Empresa

**CPF: 713.918.002-49**

**A B N ALIMENTICIOS -  
EIRELI:228279490001  
00**

Assinado de forma digital  
por A B N ALIMENTICIOS -  
EIRELI:22827949000100  
Dados: 2023.01.03 19:55:48  
-03'00'



---

*Emitido em 05/01/2023*

**ATA Nº 2/2023 - CAC (11.69.03.03)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 16/01/2023 09:51 )*

**EMMANUEL ZAGURY TOURINHO**

*REITOR - TITULAR*

*REITORIA (11.01)*

*Matrícula: ###274#0*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpa.br/documentos/> informando seu número: **2**  
, ano: **2023**, tipo: **ATA**, data de emissão: **05/01/2023** e o código de verificação: **ce18d45485**